

## O Papel da Agricultura na Economia de Mato Grosso

Dante de Oliveira<sup>(1)</sup>

**A** situação de extrema dificuldade e instabilidade por que passa o setor agrícola mato-grossense merece do nosso Governo toda a atenção e todos os esforços na sua resolução.

As razões são inúmeras e todas elas também de amplo conhecimento de toda a população do estado, principalmente da classe produtora rural.

Os graves problemas que a agricultura enfrenta neste momento colocam-nos diante de um perverso paradoxo: no momento em que colhemos a maior safra de grãos de toda a história de Mato Grosso, convivemos também com a maior crise que o setor já enfrentou.

É marcante a importância da agropecuária na história econômica de Mato Grosso. O crescimento da economia do estado confunde-se com a própria evolução do desenvolvimento da nossa produção agrícola. A forte relação estabelecida entre a produção agropecuária e a nossa economia caracteriza-se hoje como um estado eminentemente agropastoril.

Para confirmar isso basta que façamos um breve retrospecto da evolução da economia de Mato Grosso nas últimas décadas.

A descoberta de tecnologias de aproveitamento das terras de cerrado para a produção agrícola, no final da década de 1970, aliada à facilidade que essas terras de planícies e chapadões apresentavam para a mecanização agrícola, além do seu baixo custo de aquisição, criaram as condições ideais para a incorporação dessas terras ao processo produtivo.

Além disso, a visão expansivista do Governo Federal da época estimulava a ocupação de novas fronteiras agrícolas para a produção de alimentos e de excedentes de grãos para exportação.

Contando com um povo ordeiro e trabalhador ao qual vieram somar os migrantes de todos os estados, principalmente da Região Sul do País, Mato Grosso respondeu prontamente aos investimentos, apresentando, no período compreendido entre o final dos anos 70 até 1980, crescimentos astronômicos em todos os fatores: cresceu a área cultivada com grãos, cresceu o rebanho bovino, a produtividade e a produção de grãos, o Produto Interno Bruto, a renda per capita do setor agrícola, o comércio de insumos agropecuários.

No período de 1975-1980, a economia de Mato Grosso cresceu a uma taxa média de 15,30%, enquanto o PIB brasileiro aumentava a uma taxa média de 8,15%. No período seguinte, 1980-1987, a economia mato-grossense cresceu em média 14,14%, enquanto a economia do País cresceu 4,18%.

A área plantada, que no final da década de 1970 era de menos de um milhão de hectares, em 1987 já ultrapassava os dois milhões de hectares cultivados com arroz, milho e soja. O rebanho bovino cresceu 41,11%, chegando aos 2,3 milhões de cabeças. Em 1990 a produção agrícola já atingia 4,1 milhões de toneladas de grãos, com mais de 2 milhões de hectares cultivados. Para 1995 a expectativa é de mais uma safra recorde, que atingirá 7,5 milhões de toneladas de grãos, elevando para o terceiro lugar no ranking da produção de grãos do País o Estado de Mato Grosso.

A participação relativa do setor agropecuário na economia estadual foi consideravelmente maior que os setores da indústria e de serviços. A contribuição relativa de Mato Grosso na formação do PIB brasileiro foi a maior registrada

(1) Governador do Estado de Mato Grosso.

em toda a história econômica do Estado, passando de 0,61% em 1980 para 1,23% em 1987.

Chegamos ao final da década de 80 e início de 90 com expressivos indicadores de produtividade agrícola, graças à intensa atuação do setor privado quanto das instituições públicas. O rendimento físico de nossas lavouras, especialmente a soja, equipara-se ao das melhores do mundo, passando de 1.380 kg/ha em 1980 para 3.600 kg/ha em 1995. Perdemos essa competitividade quando incorporamos o fator transporte, que tanto onera nossos custos, principalmente devido às péssimas condições das rodovias.

Os dados permitem a cristalina conclusão que a agricultura em Mato Grosso não é uma questão ou um problema de um segmento do setor produtivo do estado. Não é apenas um problema que se restringe aos bravos e laboriosos produtores rurais. Nem tampouco pode ser tratado como um problema apenas de um estado da Federação. É um problema que interessa e afeta a todos os brasileiros. É um assunto principalmente de interesse do Governo Federal, por tratar-se de uma questão até mesmo de segurança nacional. A segurança alimentar prevista na Constituição é assunto de interesse estratégico da nação brasileira. E como tal deve ser tratada pelo Governo Federal.

Nos últimos anos, os governos anteriores relegaram a segundo plano as questões estratégicas da agricultura, a eterna indefinição da política agrícola. As constantes alterações nas regras do financiamento do plantio e comercialização da safra, a frustrante escassez de recursos para o setor agrícola, quer seja para financiamento da safra como para a construção da infra-estrutura necessária, os traumas causados a cada novo plano de estabilização da economia, tudo isso tem trazido transtornos e insegurança aos que investem num setor que tem a nobre missão de produzir alimentos para um povo tão carente, além de gerar divisas para o País.

A despeito de todo esse esforço da classe produtiva e do setor público deste estado, mais uma vez vemos-nos na incômoda situação de estarmos enfrentando os mesmos problemas enfrentados em anos passados.

Não podemos admitir que, enquanto os armazéns federais estão abarrotados de alimentos, mais de 32 milhões de brasileiros passem fome nas cidades, nos grotões e nos mais distantes rincões do País. Por que não permitir que estados e municípios, através de seus programas sociais, utilizem esses estoques de alimentos que estão em seus armazéns para amenizar a fome dos que vivem em situação de extrema penúria, a chamada linha da pobreza?

O elevado custo dos financiamentos agrícolas, cujas altas taxas de juros e correção pela TR estão sufocando nossos produtores, as dificuldades na comercialização de produção, como a escassez de recursos para aquisição da safra, preços de mercado inferiores aos preços mínimos de garantia e a falta de armazéns para receber a safra; a ultrajante situação de nossas rodovias federais relegadas ao abandono pelo Governo Federal; a indefinição de regulamentação e disponibilidade de recursos para a próxima safra; todos esses fatores que podem levar a economia de nosso estado ao caos no curtíssimo prazo, além de inviabilizarem qualquer

esforço de continuarmos o ritmo dinâmico empreendido até então no setor agrícola, destruindo de forma sem precedentes todo o trabalho coletivo da construção de um estado economicamente forte e socialmente justo tão sonhado por todos os que aqui vivem e produzem.

Os responsáveis pela política econômica de nosso País precisam urgentemente desvincular os empréstimos agrícolas da Taxa Referencial de Juros. Estudos dos próprios órgãos do Governo Federal provam que a TR, enquanto indexador de empréstimos agrícolas, é extorsiva. Seu crescimento durante o período de vigência do Plano Real ficou muito mais acima da inflação, impondo verdadeira sangria de recursos do setor agrícola para o setor financeiro. Permitir a captação externa de recursos pode garantir recursos para a agricultura mas não pode ser a única fonte de financiamento do setor.

O Governo Federal tem que garantir recursos para a agropecuária em seu orçamento.

É preciso alterar a atual sistemática de comercialização, dando mais garantias ao produtor, com os Certificados de Mercadoria CM-G, a desburocratização das operações de compra. A política de preços mínimos precisa ser revista e ajustada à realidade produtiva regional. É inadmissível a existência de redutores de preços mínimos para Mato Grosso, justamente o estado que tem conseguido os melhores índices de produção e produtividade agrícola do País.

O Governo Federal deve executar imediatamente um plano de recuperação das rodovias federais e disponibilizar recursos orçamentários para a FERRONORTE e para o transporte alternativo através de hidrovias. São modalidades de transportes para cargas de grande porte e contribuem consideravelmente para a redução dos custos da produção agrícola, aumentando, por conseguinte, a competitividade comercial de nossos produtos.

Necessário se faz que a CONAB dê urgência a ações para remoção dos estoques de grãos que abarrotam nossos armazéns e, também, urgentemente, agilize o credenciamento de outros, a fim de que possam receber a safra atual.

Como mostramos no Plano de Metas, implantaremos uma política de agregação de valor à produção que deve levar em conta a busca entre a geração da produção primária de matérias-primas e sua transformação em produto elaborado e disponível no mercado consumidor. Essa política deve apresentar-se como a articulação das atividades do setor industrial, comercial e de serviços de maneira a adequar o seu produto como mercadoria final.

Nesse contexto, a estruturação de instrumentos de política que vise a articulação institucional; o aparelhamento de ações de promoção comercial, industrial e de serviços; a criação de instrumentos de ação de desenvolvimento tecnológico, bem como o reordenamento e expansão de instrumentos de política econômica voltados para a expansão da produção constituem o elenco de medidas necessárias, sem desconsiderar as questões de políticas estruturantes, capazes de promover o desenvolvimento do setor produtivo.